

MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO GERAL de 20 de julho de 2021

1- Leitura e aprovação da ata da reunião de 06.07.2021;

A ata da reunião anterior foi aprovada por unanimidade, pelos presentes na referida reunião.

2- Nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 13º do Dec. Lei nº 75/2008, alterado pelo Dec. Lei nº 137/2012 proceder à eleição do Presidente do Conselho Geral para o quadriénio 2021/2025;

O Presidente do Conselho Geral cessante prestou alguns esclarecimentos relativamente aos moldes em que se procede esta eleição e referiu que se apresenta como candidato.

Questionou ainda se mais alguém se apresenta como candidato à mesma. Ninguém se pronunciou, pelo que o professor Victor Sil se configurou como único candidato.

De seguida, procedeu-se à eleição por voto secreto. No final, contabilizaram-se treze votos, correspondendo aos treze elementos presentes na reunião. Após a contagem de votos foi eleito, por unanimidade dos presentes, o candidato Victor Sil, o qual assumiu de imediato as suas funções enquanto Presidente do Conselho Geral para o quadriénio 2021/2025.

3- Nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 13º do Dec. Lei nº 75/2008, alterado pelo Dec. Lei nº 137/2012 aprovar o Projeto Educativo;

O Presidente do Conselho Geral passou a palavra ao Diretor do Agrupamento, o qual esclareceu este órgão relativamente aos procedimentos necessários para a elaboração e apresentação do Projeto Educativo, referindo que este documento foi elaborado por uma equipa de professores, posteriormente foi ao Conselho Pedagógico para que todos se pudessem pronunciar, de seguida ficou disponível, para consulta pública na página da escola, para que toda a comunidade escolar tivesse acesso ao mesmo, o pudesse consultar e sugerir considerações, se assim o desejassem, o que não aconteceu.

Posteriormente foi novamente ao Conselho Pedagógico que fez uma última apreciação do mesmo, verificando-se algumas alterações, a versão definitiva encontra-se neste momento neste Conselho Geral para aprovação.

Pretende-se que este documento seja abrangente e genérico, sendo um dos documentos estruturantes essenciais para o bom funcionamento do agrupamento.

Após esta intervenção foi pedido aos conselheiros que se pronunciassem, se assim o desejassem.

Neste âmbito, o conselheiro Alexandre Trigo referiu que este documento é de relevante importância, orientador da prática educativa e deve ser conhecido por toda a comunidade educativa, e como tal, sugeriu que este fosse entregue em papel a todos os encarregados de educação cujos alunos vão frequentar os primeiro e quinto anos, na entrada para o primeiro ano do ensino básico e aquando da mudança de escola, no quinto ano do ensino básico, de forma a divulgá-lo e responsabilizar os pais com o mesmo projeto, neste período académico de vida escolar dos seus educandos.

O conselheiro João Valério considerou que, já que nos encontramos numa fase de transição digital, o mais exequível seria continuar a disponibilizá-lo na página da escola, pois considera não ser muito praticável entregar este documento em suporte papel, que implica um gasto desnecessário. Colocou a hipótese de entregar em papel só a quem o solicitasse, assim os encarregados de educação, se o pretendem poderiam receber o documento em formato digital ou em papel.

O Diretor considerou que esta última opção talvez fosse a mais correta.

O Presidente do Conselho Geral sugeriu que, no desdobrável que se entrega todos os anos, no início de cada ciclo, se poderá fazer referência a todos os documentos que se podem consultar, bem como, o *link* de acesso aos mesmos.

Considerou-se que esta poderá ser a melhor forma de operacionalização para dar a conhecer o Projeto Educativo.

A conselheira Ana Ventura interveio de seguida alertando para a importância de dar a conhecer, quer aos alunos quer aos encarregados de educação, os espaços envolventes em todas as escolas. O Diretor esclareceu que na escola sede já se realiza este procedimento e que é de considerar também se fazer o mesmo na Escola Básica Dr. Artur Pimentel.

Numa segunda intervenção, o conselheiro Alexandre Trigo sugeriu que, sempre que houvesse no agrupamento professores em horário zero, ou professores na sala de estudo com disponibilidade, estes deveriam ser utilizados e canalizados para as salas de aula, para coadjuvarem os professores da mesma área de formação, nas turmas onde existem alunos com mais dificuldades. Em resposta, o Diretor do Agrupamento esclareceu que existem recursos humanos limitados, assim como a disponibilidade horária, para além da necessidade de haver sala de estudo para apoiar os alunos, no caso de um aluno ser retirado da sala de aula.

Transmitiu ainda a informação que, no próximo ano letivo, no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2021 haverá coadjuvação nas disciplinas de matemática e português, no 3.º ano e no 5.º ano, bem como, na disciplina de matemática no 7.º e no 8.º ano. A coadjuvação no 10.º ano será nas disciplinas de biologia, geologia e físico-química A.

Após este esclarecimento, o conselheiro Alexandre Trigo colocou nova sugestão considerando que as TIC fazem parte do programa de todos os ciclos de ensino, que desde o início seja dado a conhecer as plataformas do agrupamento, devendo ensinar a trabalhar com elas os alunos do primeiro ciclo. E que estas TIC deverão ser integradas nas diversas disciplinas, e proporcionar aprendizagens mais ativas e significativas que deverão ser utilizadas por todos os professores como suporte de apropriação de novos conhecimentos e aprendizagens, devendo-se rentabilizar todo o trabalho efetuado e conhecimentos adquiridos até agora, tal como foi durante o período de confinamento.

O Diretor, de forma a dar resposta a esta sugestão, solicitou ao conselheiro João Valério que se pronunciasse, pois tinha informação relativa a este assunto. Este referiu que, no âmbito do Plano de Ação e Desenvolvimento Tecnológico, uma equipa de professores fez um diagnóstico em todos os níveis de ensino e apresentou um plano de ação com medidas específicas para colmatar/reforçar as práticas ligadas à questão digital.

O Presidente do Conselho Geral reforçou, ainda, que está em execução na escola o Plano para a Transição Digital e que existe um plano de formação, tendo já iniciado a capacitação docente – nível 1 e que, nos próximos anos letivos, decorrerão novas ações direcionadas para todos os restantes níveis.

Posteriormente fizeram-se ainda alguns esclarecimentos sobre como funciona a distribuição dos *Kits* informáticos fornecidos pelo Ministério da Educação.

O conselheiro Alexandre Trigo manifestou o seu desagrado face à forma como foram distribuídos os *Kits* informáticos aos alunos. Criticou quem fez a distribuição dos *Kits* informáticos da Autarquia pelos alunos do agrupamento com escalão, por estes não terem sido recolhidos para ficarem disponíveis para os alunos do agrupamento que não são beneficiários de escalão. Assim evitar-se-iam as devoluções para o Ministério da Educação destes *Kits* informáticos destes alunos que lhes estão afetos. É lamentável o sucedido. Porque impossibilitou que outros demais alunos do agrupamento sem escalão tivessem acesso a *Kits* informáticos. E tal só se pode entender por questões ideológicas, e com isto apenas se fomenta a desigualdade de oportunidades entre os alunos do agrupamento. Atitude que repudia enquanto representante dos encarregados de educação neste Conselho Geral.

O Diretor informou que os *Kits* informáticos atribuídos pelo Ministério da Educação foram entregues aos alunos com escalão da ação social escolar, seguindo, rigorosamente, as orientações emanadas pela Tutela. Referiu, ainda, que sempre que a entrega recaiu sobre alunos com equipamento informático atribuído pela

autarquia a mesma concretizou-se depois de devolvido à autarquia, evitando-se duplicação de equipamentos no mesmo aluno.

Só foram devolvidos *Kits* informáticos do Ministério da Educação nos casos em que não houve alunos com escalão que os aceitassem, e só nestas situações, e mais uma vez de acordo com as regras estipuladas a nível nacional, não sendo possível nesta fase entregar a alunos não subsidiados.

Após análise a apreciação, o Presidente do Conselho Geral colocou o Projeto Educativo a votação tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes.

4- Nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 13º do Dec. Lei nº 75/2008, alterado pelo Dec. Lei nº 137/2012 aprovar a proposta de alteração da alínea d) do art.º 87º do Regulamento Interno;

Analisou-se a proposta de alteração ao Regulamento Interno no que diz respeito ao enquadramento dos cursos profissionais no quadro de mérito.

A proposta foi a votação, sendo aprovada por unanimidade dos presentes a introdução da referida proposta como Adenda ao Regulamento Interno.

5- Nos termos do nº 1 do artigo 13º do Dec. Lei nº 75/2008, alterado pelo Dec. Lei nº 137/2012 aprovar os seguintes documentos:

a. Plano de Atividades de Enriquecimentos Curricular (AEC),

b. Critérios de elaboração de horários.

O Presidente do Conselho Geral passou a palavra ao Diretor do Agrupamento para prestar os esclarecimentos necessários relativos aos documentos em apreciação.

O Diretor começou por dizer que o Plano de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), se mantém nos moldes anteriores com a mesma matriz e que tem havido uma grande adesão às AEC.

A conselheira Ana Ventura sugeriu que o horário das práticas desportivas fosse ao fim do dia ou fim da manhã para permitir a higiene aos alunos.

O Diretor do Agrupamento referiu que esses são os princípios seguidos, no entanto, estão dependentes dos técnicos e da disponibilidade horária.

O conselheiro Alexandre Trigo solicitou que as auxiliares/técnicas, na dependência da autarquia, e que estão nas escolas do agrupamento na hora de almoço ou na hora de apoio à família, fossem pessoas escolhidas com critérios de competência e preparação técnica para lidar com as crianças, capazes de dinamizar diversas atividades com elas. O representante da autarquia Abílio Evaristo mencionou que se procura seguir esse princípio, o que nem sempre é possível devido a outras condicionantes como o número limitado de pessoal ou por doenças de alguns.

O Plano de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) foi colocado a votação tendo sido aprovado por unanimidade.

De seguida analisou-se o documento sobre Critérios de Elaboração de Horários. Não tendo surgido quaisquer dúvidas nem tendo sido necessário prestar qualquer esclarecimento foi o mesmo posto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

6- Outros assuntos.

O Presidente do Conselho Geral deu a palavra aos conselheiros que se quisessem pronunciar sobre algum assunto. Então o conselheiro Alexandre Trigo solicitou que se esclarecesse um assunto relativo à Escola Básica Dr. Artur Pimentel, pois foi informado que o espaço desta escola destinado a ginásio está a ser utilizado para espaço de refeições, questionando onde irão ser realizadas as atividades físicas das criança e demais as atividades desportivas, no tempo em que as condições climatéricas, o não permitirem que se façam no exterior, nomeadamente no período do inverno.

O conselheiro João Valério referiu que este espaço é de multifunções e que cabe à autarquia e à escola fazer a gestão desse espaço e que se procurará ver qual a melhor forma de o gerir.

Ainda neste âmbito a conselheira Milene Carvalho questionou se iria haver alguma reestruturação da área exterior do Pré-Escolar, uma vez que o mesmo não dispunha das condições necessárias, nem nenhum

espaço verde para que as crianças possam efetuar as atividades ao ar livre, tão importantes nesta faixa etária, devido à importância das crianças terem um espaço exterior para atividades adequadas questionou se a situação seria solucionada com brevidade. O conselheiro Abílio Evaristo acrescentou que este assunto já foi discutido com os responsáveis pela obra para que se possam realizar essas alterações.

O Presidente do Conselho Geral agradeceu o empenho, esforço e trabalho da parte de todos, desejando boas férias e que o novo ano letivo traga tudo de melhor. Pediu ainda a anuência para a aprovação da ata e da minuta, as quais serão posteriormente enviadas por correio eletrónico, o que foi unanimemente aceite por todos.

Vila Flor, 20 de julho de 2021.

A Secretária:

Ana Paula Morais